



**PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO E O CONSELHO ESCOLAR:  
FORMAS DE PARTICIPAÇÃO EM UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA**

**BELO HORIZONTE  
2015**

**ELISETE ALVES PEREIRA NOVAES**

**PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO E O CONSELHO ESCOLAR:  
FORMAS DE PARTICIPAÇÃO EM UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA**

Trabalho apresentado como requisito necessário para a Conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação da Professora Laisa Vilanova do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

**BELO HORIZONTE  
2015**

# **FOLHA DE APROVAÇÃO**

**ELISETE ALVES PEREIRA NOVAES**

## **PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO E O CONSELHO ESCOLAR: FORMAS DE PARTICIPAÇÃO EM UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado em 01 de Agosto de Dois mil e quinze, como requisito necessário para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar, aprovado pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes educadores:

---

Prof. Nome completo do Professor- Avaliador

---

Prof<sup>a</sup>. Laisa Kelly Vilanova - Orientadora

---

Elisete Alves Pereira Novaes - Cursista

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho aos meus amados pais Luiz e Elizabeth pelo amor e dedicação que me dispensaram durante toda a vida.

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar, agradeço a Deus pelo dom da vida, pelo espírito de sabedoria e persistência derramado sobre mim; também pelo seu amor incondicional; pelo cuidado e zelo presentes em todos os momentos de minha caminhada. Agradeço a minha querida família, em especial minhas filhas Letícia e Gabriela que desde o início me apoiaram e em muitos momentos abriram mão de minha atenção e carinho que deveriam ser dispensados a elas. A minha orientadora Laisa, que com sua sabedoria e competência, sempre esteve pronta a me dedicar atenção, bem como acreditou na minha capacidade intelectual e de escrita. Aos professores e coordenadores do curso, pela dedicação desde a acolhida que tive na aula inaugural, pelo acompanhamento, apoio e seriedade com que programaram cada etapa do curso. Ao meu grupo de trabalho pelos momentos de estudo, pelo companheirismo, pelas muitas experiências compartilhadas, e que em muito me fizeram crescer; ampliando ainda mais minha visão educacional, proporcionando significativa ampliação de minha formação acadêmica. À secretária Municipal de Educação e Cultura Maria da Glória Ferreira Giudice, pela valorosa oportunidade a mim dispensada, que acreditando em minha capacidade de liderança, oportunizou-me o ingresso na renomada Escola de Gestores.

## EPÍGRAFE

*“Todos estamos matriculados na escola da vida, onde o mestre  
é o tempo.”*

Cora Coralina

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1. PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO E A REALIDADE ESCOLAR.....	9
2.PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO E O CONSELHO ESCOLAR: FORMAS DE PARTICIPAÇÃO EM UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA.....	11
3.OS DESAFIOS DE UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA INTEGRANDO FAMÍLIA-ESCOLA.....	17
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	19
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	21
ANEXO: Projeto Político-Pedagógico.....	23

## RESUMO

O objetivo deste trabalho foi o de constatar a importância do Projeto Político Pedagógico e do Conselho Escolar, como formas de participação em uma gestão democrática, levando-se em consideração o Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal “Professor Paulo Freire”, situada em Coronel Fabriciano, Minas Gerais. No processo de desenvolvimento deste trabalho, verificou-se que o Projeto Político Pedagógico e o Conselho Escolar estão atrelados à legitimidade do fazer democrático da instituição escolar, portanto, o PPP deve ser revisto constantemente e reformulado para se adaptar às reais necessidades do cotidiano, bem como aos anseios colhidos nas reuniões com o conselho escolar. Nesse sentido, por meio deste trabalho, pretende-se despontar o verdadeiro papel que deve ser exercido pelo gestor, considerando que o mesmo deve manter um olhar crítico e permanente, atento a todas as manifestações, sejam elas de apreço ou desafeto ocorridas no dia a dia, contemplando o contexto escolar, para que possa então fazer as devidas intervenções, nos momentos oportunos, sem assim, interromper o fluxo das atividades desenvolvidas.

**Palavras-chave:** Gestão democrática, conselho escolar, projeto político-pedagógico.



## INTRODUÇÃO

Por meio deste trabalho, procura-se entender as contribuições do Projeto Político- Pedagógico e do Conselho Escolar para a concretização de uma gestão democrática, explicitando de maneira transparente e objetiva a relevância que tem a participação da comunidade escolar, ressaltando a grande importância de se integrar comunidade com escola, identificando possibilidades e medidas práticas que propiciem essa relação.

Com o intuito de tornar realidade esta parceria entre os segmentos responsáveis pela efetivação deste processo no âmbito escolar, e entendendo que uma gestão democrática é aquela que valoriza as ideias de todos os segmentos, bem como oferece oportunidades de discussões coletivas, onde serão analisadas as situações vividas no ambiente escolar. Assim, a escola tem o papel de proporcionar encontros, facilitando a tomada de decisões que contribuirão para o crescimento e o sucesso na aprendizagem escolar.

O tema estudado surgiu a partir de uma grande inquietação, consequência de reincidentes situações ocorridas na Escola Municipal “Professor Paulo Freire”. Esta escola foi criada em 01 de julho de 2008, através da Lei Municipal nº 3407 e está localizada na cidade de Coronel Fabriciano, em Minas Gerais.

A escola funciona em três turnos, oferecendo Educação Infantil para crianças de 3 a 5 anos, bem como o primeiro ano do Ensino Fundamental, além de uma turma multisseriada com vinte e dois alunos de Educação de Jovens e Adultos (anos iniciais do Ensino Fundamental). Ao todo, a escola atende a trezentos e quarenta e oito alunos.

Além da presença do tema no Projeto Político Pedagógico da escola, muitos questionamentos e incertezas atrelam-se à grande necessidade de compreender as dificuldades encontradas pela escola em envolver a família dos educandos no processo de tomada de decisões importantes.

Neste sentido, pretende-se abordar a importância do Projeto Político Pedagógico da escola, bem como do Conselho Escolar como oportunidades de desenvolver estratégias e ações voltadas para efetivação de uma gestão democrática, onde as famílias participem de forma real no âmbito escolar. Nesta perspectiva, analisa-se a importância do papel do gestor como elo responsável

por intermediar essa relação; entendendo que o mesmo precisa ficar atento ao ambiente escolar, para que assim possa detectar as situações-problema que permeiam o dia a dia e fazer as intervenções necessárias nos momentos oportunos.

Com o intuito de assimilar as ações desenvolvidas pelo gestor, tendo como foco principal a família, que é a base, o pilar de valores que acompanha seus membros e retrata a verdadeira realidade cultural das crianças atendidas na escola, o propósito deste trabalho é averiguar como estão sendo executadas as práticas de aproximação entre família e escola, entendendo o gestor como mediador e responsável em correlacionar as particularidades diagnosticadas, pois as situações-problema sempre vão existir, e o gestor precisa saber administrar os conflitos de relacionamentos, através de estratégias inteligentes e eficazes, conferindo um novo e significativo olhar, diante das ações já existentes; conferindo assim participação responsável de todos nos acontecimentos dentro da escola.

O gestor precisa fazer um trabalho de socialização política e conscientização das famílias no sentido de convencê-las a participar das decisões que são tomadas na escola; bem como convencê-las da constante atuação na vida escolar de seus filhos, entendendo que a escola não consegue concretizar um trabalho de qualidade e superação de obstáculos sem essa parceria.

## **1. PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E A REALIDADEB ESCOLAR.**

Desenvolver um projeto significa intervir na realidade de forma que possa alcançar determinados objetivos no futuro, através de levantamento de situações que devem ser estudadas com intuito de melhoria. Sendo assim, o ideal de futuro será construído a partir de ideias que serão aprimoradas e a seguir, colocadas em prática.

É importante salientar que a construção do Projeto Político Pedagógico é um grande desafio, visto que é processual e contínuo; retratando a verdadeira identidade da instituição escolar que vai tomando forma através da manifestação de atitudes de pessoas que conseguem olhar a escola numa perspectiva além de uma dimensão puramente pedagógica. Pessoas devidamente motivadas desenvolvem uma grande capacidade de intervir na realidade futura, na medida em que compreendem a conexão que existe entre o fim que se deseja, o objetivo proposto e a relação com o espaço escolar; o que permite a todos os envolvidos apropriarem-se da educação de qualidade; valorizando a cultura subjetiva; voltadas para um objetivo comum de transformar o meio em que vivem (BARBIER, 1996).

Segundo Veiga (1998), existem várias formas de se construir o PPP, uma vez que ele descreve a realidade da escola e o possível trajeto que deve ser seguido para alcançar o objetivo. Entretanto, é possível citar três etapas fundamentais no desenvolvimento do PPP, identificadas como: Ato Situacional, Ato Conceitual e Ato Operacional.

O Ato Situacional objetiva assimilar e estudar a rotina escolar, identificar e diagnosticar os conflitos e contradições, caracterizando e pontuando as necessidades mais significativas que necessitam de urgência.

O objetivo do Ato conceitual é que a equipe designada discuta a ideia de educação e sociedade, homem, educação, escola, currículo, ensino e aprendizagem, analisando a problemática identificada no Ato Situacional e defina como as prioridades identificadas anteriormente deverão ser trabalhadas.

O Ato Operacional consiste nas ações realizadas no cotidiano da escola, considerando a demanda e as características sinalizadas na dinâmica do trabalho dentro do espaço escolar.

Neste sentido, o desenvolvimento destas ações direcionam a tomada de decisões em todos os segmentos dentro da instituição escolar, de forma a possibilitar a implementação das decisões tomadas no coletivo; sinalizando novas propostas de ações.

Haja vista que o envolvimento de todos no processo educacional ajuda a estabelecer as principais estratégias a serem tomadas, fortalecendo o planejamento participativo, democratizando o espaço escolar. Infere-se daí a

necessidade de interação entre escola e comunidade; construindo uma nova lógica de gestão: a gestão democrática.

A escola constrói sua autonomia através de ações diárias, sendo neste sentido primordial a atuação conjunta e bem articulada entre todos os segmentos que fazem parte dessa construção; e tendo a escola como porta de transformação, atrelada ao forte papel de formação social; através da cultura organizacional; o que proporciona a toda comunidade local e escolar, em especial aos educandos, a apropriação dos saberes, firmada no direito universal e em consonância com os desafios enfrentados diariamente.

O processo educativo envolve muito mais que a busca pela sistematização de saberes, ou a qualidade do saber social, implica uma análise da atuação do gestor como importante articulador e facilitador de oportunidades de discussões coletivas e reflexões envolvendo políticas de educação e aprofundamento na busca de soluções dos desafios educacionais, pedagógicos, firmando-se na ideia de um diferencial no papel do gestor democrático que consegue envolver todos os que, de uma forma ou de outra, são construtores da qualidade da educação que se espera.

Esta construção coletiva não acontece instantaneamente, pois é necessário cautela, planejamento e sabedoria; o poder de convencimento não é algo fácil de se efetivar na prática. Significa rever conceitos, atitudes, valores; desconstruindo ideais ultrapassados, apostando em uma nova visão democrática, condicionada a uma nova lógica de pensamentos voltados para a participação.

## **2. Projeto Político-Pedagógico e o Conselho Escolar: formas de participação em uma gestão democrática**

Cabe aqui relatar o processo de elaboração do Projeto Político-Pedagógico da Escola Municipal Professor Paulo Freire, que transcorreu de forma harmoniosa e significativa, com a participação da comunidade, bem como de vários profissionais pertencentes ao quadro de funcionários; sendo assim, a atuação articulada entre a ação de todo o corpo docente, bem como dos demais segmentos permeou todo o processo.

O Conselho Escolar participou ativamente de todas as etapas de elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP), sempre com boa vontade e disposição, mostrando interesse e entusiasmo em tomar partido nas decisões; expor ideias e dar sugestões para resolução de problemas enfrentados pela escola. Com isso, torna-se evidente a preocupação do Conselho em firmar parceria com a escola; bem como acompanhar a execução do planejamento e das metas definidas durante as reuniões.

Há que se discutir, portanto, o sentido do que seja o Projeto Político-Pedagógico. Gadotti (1994) menciona que o processo de elaboração de um projeto significa planejar pensando no futuro, ou seja, um planejamento em longo prazo, uma atividade onde se analisa o sistema e o funcionamento das escolas em suas peculiaridades traçando assim sua identidade como organização educativa. Neste sentido, Veiga (1998) menciona que o PPP deve ser encarado como um processo de constante movimento que acompanha as mudanças da realidade da escola, tendo em vista a participação democrática de toda comunidade escolar para chegar a um consenso da decisão, rompendo a rotina burocrática no interior da escola.

Percebe-se que há grande necessidade de melhorias, tais como: construção de uma nova escola com capacidade para atender a demanda atual, interação e maior participação dos pais e ou responsáveis, tanto no acompanhamento das aprendizagens dos educandos, como em encontros coletivos que tratam da vida escolar de seus filhos.

Faz-se necessário empenhar para suprir as falhas apontadas pelo grupo de profissionais que atuam na escola; bem como da comunidade atendida. Comporta agora estabelecer considerações, acerca do Conselho Escolar, que em consonância com o PPP, consiste em uma forma de participação em uma gestão democrática.

É importante fortalecer os laços entre escola e comunidade escolar, pois as grandes mudanças só acontecem mediante consistentes parcerias; efetivando assim a lógica democrática que deve ser permanente. Portanto, a escola com uma visão de parceria, primando por uma gestão verdadeiramente democrática, necessita dar atenção aos planos elaborados no coletivo, sem perder o foco dos

valores sociais políticos existentes nas culturas presentes na comunidade escolar. Segundo Paro (2005):

Se quisermos caminhar para essa democratização, precisamos superar a atual situação que faz a democracia depender de concessões e criar mecanismos que construam um processo inerentemente democrático na escola. [...] Não basta, entretanto a necessidade de participação da população na escola. É preciso verificar em que condições essa participação pode tornar-se realidade. (PARO, 2005, p. 19-40).

Intensificar os esforços na elaboração de medidas que favoreçam a união entre escola e comunidade é fundamental para legitimar o processo democrático dentro do espaço escolar; conduzir com habilidade e competência os trabalhos direcionados a esta realidade, gerando transparência nas ações executadas e sensibilizando a todos os participantes em torno dos objetivos compartilhados. Neste contexto, o Conselho Escolar é visto como forma de participação ativa da comunidade, entendendo que existe uma pluralidade de ideias, anseios e expectativas que devem ser discutidos e analisados.

Ouvir os questionamentos acerca dos problemas, compartilhando críticas e sugestões, envolvendo todos os segmentos no processo de tomada de decisões importantes é fundamental não só para o bom funcionamento dos trabalhos escolares, bem como para a efetivação plena de uma gestão verdadeiramente democrática, compreendendo que a descentralização de responsabilidades aumenta as chances de sucesso.

Cury (2000) esclarece o conceito de conselho a partir da origem da palavra:

Conselho vem do latim Consilium. Por sua vez, consilium provém do verbo consulo/consulere, significando tanto ouvir alguém quanto submeter algo a uma deliberação de alguém, após uma ponderação refletida, prudente e de bom-senso. Trata-se, pois, de um verbo cujos significados postulam a via de mão dupla: ouvir e ser ouvido. Obviamente a recíproca audição se compõe com o ver e ser visto e, assim sendo, quando um Conselho participa dos destinos de uma sociedade ou de partes destes, o próprio verbo consulere já contém um princípio de publicidade (CURY, 2000, p. 47).

O Conselho Escolar é constituído por pessoas que representam os diversos segmentos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, sendo responsável por analisar, aconselhar, dar opiniões e sugestões sobre as questões que envolvem o interesse e o bem comum; representando assim, uma dimensão de ideias que contemplem uma pluralidade de vozes de carácter público.

O Conselho Escolar e o Projeto Político Pedagógico são essenciais para que o trabalho coletivo flua com seriedade, com pluralidade de ideias que vão se fortalecendo à medida que são discutidas, aprimoradas e transformadas em metas, que vão gerar ações em favor da comunidade escolar, e, em especial, do educando.

O Projeto Político Pedagógico e o Conselho Escolar são formas de participação coletiva, que permeiam o processo educacional, garantindo a valorização das culturas, fortalecendo o carácter democrático da gestão.

Ao identificarmos com o projeto educacional da escola, estaremos afirmando nosso sentimento de fazer parte efetivamente da construção coletiva, assumindo nosso papel de protagonistas e nosso dever social na construção da autonomia da escola que se pretende ter. Entende-se que a autonomia é um valor a ser conquistado a cada manifestação de ideias, embasadas na defesa da comunidade escolar, executando o planejamento coletivo contido no Projeto Político Pedagógico, não desconsiderando as normas gerais do sistema de ensino, bem como as leis que o regulam, concretizando esta liberdade através do pensar coletivo, do planejamento do que se quer alcançar.

Sari e Luce (apud DOURADO et al, s/d), ao fazer menção sobre a luta pela autonomia da escola, enfatizam que a construção coletiva do Projeto Político Pedagógico é peça fundamental para a construção da identidade da escola que se tem, pois o mesmo reflete a cultura adquirida no meio social em que estão inseridos os indivíduos, ressaltando que ao construir a autonomia no âmbito escolar, nos comprometemos com as relações internas e externas, tornando-nos co-responsáveis para a efetivação das possibilidades de sucesso educacional.

Neste sentido, todos são convocados a participar, através do Conselho Escolar, contribuindo para a implementação de uma gestão democrática, sem deixar a transparência e a ética, valores que dão sustentação ao ideal democrático, fora deste processo.

O Conselho Escolar tem a responsabilidade de garantir a efetivação do direito à educação, não medindo, assim, esforços no sentido de melhorar a qualidade no processo de ensino-aprendizagem dos educandos que fazem a história de cada escola; efetivando o direito social à educação; que é um elemento fundamental na conquista da cidadania.

Com esse processo de interação participativa, destaca-se o verdadeiro trabalho que o gestor deve desempenhar incentivando a comunidade escolar a engajar-se nos trabalhos realizados pela escola, integrando efetivamente as duas instituições. No sentido de aperfeiçoar ainda mais esta relação, a escola necessita dispor de recursos necessários para que a comunidade escolar, nela inserindo a família como principal protagonista, faça seu papel, opinando sobre diversos assuntos que lhe forem expostos, participe ativamente das tomadas de decisões, emitindo opiniões, críticas e sugestões.

A implementação deste planejamento participativo através do Conselho Escolar, possibilita a efetivação dos direitos coletivos, contemplando os diversos segmentos da comunidade local e escolar, o que atribui transparência e efetividade nas decisões.

O Conselho Escolar tem o dever de acompanhar todo o processo de tomada de decisões dentro do espaço escolar, acompanhando a aplicação dos recursos pela gestão escolar, contribuindo assim na melhoria e bom uso de tais recursos no sentido de garantir a qualidade da educação que se pretende atingir.

Ao construirmos o Conselho Escolar, devemos definir as estratégias de ações que irão contribuir para que as pessoas envolvidas no processo tenham experiências coletivas para discutir as situações-problema que precisam ser resolvidas; bem como definir as estratégias de ações importantes que irão permear o processo. É importante também pensar em meios de envolvimento como reuniões extra-turno, seminários, palestras com convidados que de certa forma estão envolvidos na comunidade, como exemplo os agentes de saúde do bairro; favorecendo a articulação da construção, discutindo as questões educativas e seus desdobramentos na prática político-pedagógica do espaço escolar.

Portanto, a efetivação de todo o processo só será possível, se forem criadas condições favoráveis, atrelando à valorização da cultura local e escolar,



entendendo que muitas vezes é preciso repensar nossas ações, avaliando com cautela e olhar crítico as circunstâncias e até mesmo, reconstruirmos valores necessários para que se compreenda o verdadeiro sentido da educação no processo de vivência formativa e cidadã.

O gestor é a pessoa que irá fazer o elo entre a escola e a família, conhecendo a realidade desta comunidade do entorno da escola, ele poderá intermediar com mais habilidade essa relação. Os recursos utilizados para tal entrosamento, tais como: conselho escolar, conselho de classe, reunião de pais, participação em projetos, gincanas, ou mesmo a simples conversa entre os períodos de coordenação e planejamento são estratégias que devem ser bem definidas e cuidadosamente executadas.

A essência do papel do gestor figura-se duplamente como agente de transformação quando age democraticamente em prol do coletivo, incentiva a comunidade escolar, bem como professores e todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, delegando funções, criticando, buscando alternativas para melhoria da educação; e agente que faz a intermediação entre os vários segmentos, que concretiza as ações democráticas no âmbito escolar.

O gestor tem como missão principal, conscientizar a família acerca de seu relacionamento com a escola nos processos de tomadas de decisões e na própria vivência do cotidiano, já que as pequenas atitudes vão delineando grandes traços para a concretização de qualidade no trabalho desempenhado; a família precisa entender através do convencimento, que é importante no ambiente escolar, que é parte de uma engrenagem e que deve compartilhar experiências, conhecimentos, assumindo um compromisso não só com a escola e os profissionais da educação, mas principalmente com seus filhos.

O gestor deve pautar sua gestão na democracia, autenticidade, descentralização de funções e principalmente na ética e transparência.

### 3. OS DESAFIOS DE UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA INTEGRANDO FAMÍLIA-ESCOLA

A educação é um processo de construção coletiva, onde cada segmento deve assumir seu papel, favorecendo assim o processo educativo de qualidade e valorizando as culturas locais.

Vale ressaltar que a partir do momento em que todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, em especial a família, se conscientizem que cada um tem seu papel e que isso eleva a perspectiva de sucesso na vida escolar dos seus filhos, verdadeiramente estaremos comungando a mesma língua, engajando assim o indivíduo em uma sociedade organizada com justiça e equidade.

É indispensável a participação da família para a concretização de uma gestão verdadeiramente democrática, pois através dela amplia-se a esperança, aumentam-se as possibilidades de sucesso em busca da educação de qualidade, em consonância com a Constituição Federal de 1988 que estabelece no artigo 227 que :

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL. Constituição Federal, 1988, p.131)

É preciso convencer estas famílias de que elas são importantes para o bom andamento dos trabalhos escolares e que sem elas, nada se concretiza; elas devem perceber que são peças-chave no processo de desenvolvimento de seus filhos, pois todos têm uma parcela de responsabilidade, colaborando com um ensino de qualidade, em parceria com uma gestão escolar democrática.

Porém, percebe-se que existe esta lacuna. A comunidade escolar está ficando muitas vezes como mera expectadora, principalmente em momentos cruciais; tal fato foge de todo o ambiente favorável ao bom desempenho do processo de ensino aprendizagem.

Estimular a integração da escola com a comunidade é um grande desafio, e sabemos que, na prática, traz um leque de percalços, nem sempre fáceis de serem transpostos; garantir uma relação de ajuda mútua e crescimento entre as partes significa aceitar que interdependemos uns dos outros e que a escola é espaço de diálogo e desenvolvimento. Nesse sentido, o gestor deve ampliar a participação, buscando o envolvimento de todos, através de estratégias pedagógicas pertinentes.

As dificuldades intra-escolares sempre estarão presentes no processo educacional, pois considerar a cultura subjetiva implica desafios que devem ser vencidos em cada etapa, conquistados a cada atitude de socialização e aprimorados em diversas oportunidades que vão surgindo no coletivo.

O Projeto Político Pedagógico, quando construído coletivamente, é de suma importância para a efetivação do processo democrático, já que retrata a realidade de todo o ambiente educacional, contemplando verdadeiramente a realidade da escola; bem como as opiniões, anseios e expectativas trazidas pela comunidade escolar, através das reuniões realizadas no decorrer do ano letivo.

Neste sentido, é primordial que sejam criados mecanismos de participação, uma verdadeira articulação entre escola e comunidade, tornando a gestão mais democrática, em que as prioridades sejam estabelecidas pelo conjunto daqueles que participam direta ou indiretamente da comunidade local e escolar, sendo o gestor, mediador na realização deste trabalho em equipe:

É necessário ter em mente que a democratização da gestão educacional não ocorrerá sem uma compreensão mais ampla da função política e social da escola, locus privilegiado da educação sistematizada, e da sua importância no processo de transformação da sociedade, na medida em que ela se compromete com a função de preparar e elevar o indivíduo ao domínio de instrumentos culturais, intelectuais, profissionais e políticos (RODRIGUES, 1987 apud BRASIL, 2004).

O gestor precisa ter o olhar voltado para garantir a efetivação das reais necessidades apontadas pela comunidade escolar, atentando, porém, para o fato de estarmos vivendo em um mundo que evolui constantemente e, sendo assim, a atuação do diretor deve socializar as ações com o conselho escolar, já que a comunidade está aí refletida.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho realizado teve como objetivo refletir sobre a atuação do Conselho Escolar e do Projeto Político Pedagógico como formas de participação em uma gestão democrática na escola, bem como a atuação do gestor escolar, como elo do trabalho coletivo; através da conscientização, sensibilização e motivação, sendo o responsável por proporcionar momentos de integração, facilitando a ação conjunta que se efetiva em uma gestão verdadeiramente democrática constituindo-se em um grande desafio para todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem.

Constatou-se que a atuação do gestor é de suma importância assegurando a oportunidade de participação por parte da comunidade nos processos de tomada de decisões; manifestando suas opiniões, emitindo pareceres e se posicionando em relação a diversos assuntos de interesse coletivo. Nessa perspectiva, entende-se que o Conselho Escolar, seja uma oportunidade de criação de espaços em que são tomadas decisões importantes para o bom andamento de todo o trabalho, oportunizando aos seus membros, titulares e suplentes, consultas e deliberações, definindo e implementando as propostas surgidas neste espaço democrático.

Através da reflexão sobre o Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal “Professor Paulo Freire”, pode-se perceber que o verdadeiro sentido da democracia só se torna realidade quando acontece a descentralização de tarefas, através da efetiva participação de toda a comunidade, manifestando suas ideias, contribuindo com críticas e sugestões sobre determinados temas; promovendo assim significativo impacto na escola.

E quando se fala em descentralização, pode-se afirmar que esta se faz com o envolvimento da comunidade que rodeia a escola e que também é corresponsável pelo bom andamento e qualidade da mesma; neste contexto, é relevante considerarmos o valor do gestor escolar, no sentido de facilitador deste processo; permitindo e ao mesmo tempo viabilizando o acesso da comunidade educacional ao processo de elaboração do Projeto Político Pedagógico, bem como nas reuniões do Conselho Escolar, assegurando a participação de todos

nas tomadas de decisões que dizem respeito ao campo educacional, sem perder de vista a qualidade e a busca pela excelência.

A Escola Municipal Professor Paulo Freire (Coronel Fabriciano/MG) tem buscado essa parceria com as famílias e embora ainda haja muito a se avançar nesse sentido, não há dúvidas de que as oportunidades de conquistas no campo da educação tornam-se cada vez mais significativas quando se trabalha coletivamente, quando a escola abre suas portas e acolhe a comunidade.

## REFERÊNCIAS

BARBIER, Jean. M. **Elaboração de projetos de ação e planificação**. Porto: Porto Editora, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria da Educação Básica. **Conselho escolar: estratégias de gestão democrática**. In: Conselhos Escolares: uma estratégia de gestão democrática da escola pública. Brasília: DF, p. 23- 27, 2004.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1998, 292 p.

CORONEL FABRICIANO, MG. **Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Professor Paulo Freire**. Coronel Fabriciano, Minas Gerais, 2013.

CURY, Carlos R. Jamil. **Os conselhos de educação: a gestão dos sistemas**. In: FERREIRA, N. S. C.; AGUIAR, M. A. (orgs.). *Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos*. São Paulo: Cortez, 2000, p.35-40.

GADOTTI, Moacir. **Escola Cidadã**. São Paulo: Cortez, 1994.

DOURADO; Luiz Fernandes et al. **Conselho escolar e autonomia: participação e democratização da gestão administrativa, pedagógica e financeira da educação e da escola**. Disponível em [http:// www.escoladegestores.ufmg.gov.br](http://www.escoladegestores.ufmg.gov.br). Acesso em 26 de jun.2015.

\_\_\_\_\_. **Gestão escolar democrática: definições, princípios e mecanismos de implementação**. Disponível em [http:// www.escoladegestores.ufmg.gov.br](http://www.escoladegestores.ufmg.gov.br). Acesso em 26 de jun.2015.

PARO Vitor. H. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Ática, 2005.

VEIGA, Ilma Passos e RESENDE, Lúcia M. G. de. **Escola: espaço do projeto político- pedagógico**. São Paulo: Papirus, 1998.

**ANEXO : PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO**





**escola de gestores**  
da educação básica

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FaE)  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO  
ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR PAULO FREIRE**

**ÂNGELA DE SOUSA COSTA  
ELISETE ALVES PEREIRA NOVAES  
EVA BEATRIZ DA SILVA  
JANEIDE GOMES FIGUEIREDO HENRIQUE  
WÂNEA MARIA SIMÕES FARIA**

**BELO HORIZONTE, 2014**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FaE)**  
**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR PAULO FREIRE**  
**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação do (a) Professor (a) Wanderléa Mendes Guedes do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

**BELO HORIZONTE, 2014**

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	03
1.FINALIDADES DA ESCOLA.....	06
2.ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	07
2.1 Estrutura Organizacional Administrativa.....	07
2.2 Estrutura Organizacional Pedagógica.....	07
3 CURRÍCULO.....	11
4.TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES.....	13
5.PROCESSOS DE DECISÃO.....	14
6. RELAÇÕES DE TRABALHO.....	17
7. AVALIAÇÃO.....	19
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	21
REFERÊNCIAS.....	23
ANEXOS.....	24

## INTRODUÇÃO

O Projeto Político Pedagógico (PPP) é um documento fundamental que facilita e organiza as atividades da Escola ao longo do ano. Além de ser mediador de decisões, da condução das ações e da análise dos seus resultados e impactos, prevê ações a curto, médio e longo prazo, intervindo diretamente na prática pedagógica diária Escola.

“[...] A construção do PPP se dá num cenário de intensas transformações na sociedade contemporânea, em que é necessário retomar o sentido do trabalho Escolar, bem como o papel das Escolas e dos professores na construção de uma educação de qualidade social, considerando as necessidades dos atuais usuários da Escola pública.” OLIVEIRA (2010, p.1).

Nesse sentido, a Escola Municipal Professor Paulo Freire elaborou seu PPP com a participação coletiva da comunidade Escolar local e representantes de pais e conselhos, pautados numa gestão democrática e participativa. Sua importância se justifica no desejo de melhorar cada vez mais a realidade existente, através de mudanças significativas que levem os educandos a se apropriarem do saber como direito universal, já que a educação pode nos tornar mais humanos, mais atualizados historicamente e mais sintonizados com os problemas sociais do nosso tempo e espaço.

A Escola Municipal Professor Paulo Freire localizada na Rua Rondônia, 143, Bairro Aparecida do Norte foi criada em 01 de julho de 2008 pelo Conselho Municipal de Educação, da cidade de Coronel Fabriciano, Estado de Minas Gerais através da Lei Municipal nº 3407 de 2008. A Escola recebeu este nome em homenagem ao Professor Paulo Freire, um dos maiores educadores brasileiros de todos os tempos.

A Escola funciona em 03 (três) turnos oferecendo Educação Infantil, composta por 12 (doze) turmas, sendo 03 (três) de Maternal III, 05 (cinco) turmas de 1º Período e 04 (quatro) turmas de 2º Período e 04 (quatro) turmas de 1º ano do Ensino Fundamental, além de uma turma multiseriada com 22 (vinte e dois) alunos de

EJA, do Ensino Fundamental (anos iniciais), totalizando de 348 (trezentos e quarenta e oito) alunos.

No ano de 2014 foi implantado na Escola, a Educação Integral em Tempo Integral para os 95 (noventa e cinco) alunos das (04) quatro turmas de 1º primeiro ano do ensino fundamental, que oferece oficinas de dança, esporte e lazer e taekwondo.

A Escola Municipal Paulo Freire é mantida pela Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano, situada na Praça Louis Ensck, s/nº – Centro – Coronel Fabriciano – MG. Telefone: (31) 3846-6700, utilizando ainda recursos advindos de Programas do Governo Federal.

O espaço físico da Escola é composto por 01(uma) para a Direção, conjugada com professores, 01(uma) secretaria, 01 (uma) biblioteca conjugada com sala de coordenação e brinquedoteca e 08 (oito) salas de aula. Conta ainda com 01(uma) sala de informática, 01(uma) dispensa, 01 (um) almoxarifado, 01(um) refeitório, 02(dois) banheiros para funcionários, 02 (dois) banheiros feminino e 02 (dois) banheiros masculino para alunos, 01(uma) área livre descoberta e 01(uma) área coberta para movimento e educação física.

Atualmente, a Escola funciona em um espaço onde uma parte é um imóvel antigo com adaptações e a outra parte é um prédio Os pátios cobertos e descobertos são pequenos não comportando os eventos de maior público da Escola. Os mobiliários são adequados. Os pátios cobertos e descobertos são pequenos não comportando os eventos de maior público da Escola.

O corpo docente é constituído de 01(uma) Diretora, 25 (vinte e cinco) professores e 02 (dois) Coordenadores, devidamente habilitados ou autorizados na forma da legislação vigente. A Escola conta também com 02 (duas) Secretárias, 01 (um) Auxiliar Técnica de Educação(ATE), 07 (sete) Auxiliares de Serviços da Educação(ASE) e 04 (quatro) monitores.

No início do ano de 2014 foi realizado um instrumental investigativo sobre a realidade da comunidade e da clientela a ser atendida. De acordo com a pesquisa realizada com os familiares dos educandos, foi contatar que a maioria dos alunos reside no bairro em que a Instituição está localizada. Estes alunos têm como responsáveis os pais (cerca de 87%); outros têm somente a mãe como responsável principal (11%); os 2% restantes estão na responsabilidade de outros familiares (tios e avós). A média de Escolaridade dos responsáveis é o ensino médio completo (2º grau); o núcleo familiar é formado por até cinco pessoas (73%); Outro dado importante observado foi a denominação religiosa, mais de 92% das famílias dos alunos são cristãs e praticam uma religião; a maioria é evangélica representando 62%, enquanto os católicos representam 30%. No que diz respeito a moradia observou-se que 53% possui casa própria; 37% moram em casas alugadas e 10% em casas cedidas. Com relação a quantidade de cômodos, 79% das residências possuem de três a cinco cômodos; 21% possuem até dois cômodos.

As informações obtidas através do instrumental investigativo possibilitam uma melhor reflexão sobre como se dá a educação em casa, como são as relações estabelecidas e de que forma elas refletem na Escola. Observa-se que os educadores têm uma grande responsabilidade, pois, cabe a eles resgatar valores e condutas há muito esquecidas devido às mudanças ocorridas na sociedade e no núcleo familiar, consequência dos tempos atuais.

O PPP está fundamentado na Lei nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB, no Conselho Nacional de Educação - CNE, no Estatuto da Criança e do Adolescente, nos Parâmetros Curriculares Nacional, na Proposta Pedagógica do e Regimento Escolar do Município de Coronel Fabriciano, e no Regimento do estabelecimento de Ensino. O PPP contém ainda, os anseios da comunidade Escolar. O PPP foi construído por representantes de pais, professores, ASE, Secretários, ATA, pedagogos, membros da comunidade local e diretora da EMPF em reuniões realizadas extra turno. É um documento vivo necessário e possível, que está em constante transformação sendo parte da realidade Escolar.

## 1. FINALIDADES DA ESCOLA

A Escola Municipal Professor Paulo Freire tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança, oferecendo um ensino de qualidade para todos, tendo a preocupação de reconhecer que a lógica que sustenta esses tempos ciclos deve estar centrada, basicamente nos educandos, que são, segundo o professor Miguel G. Arroyo, sujeitos de direitos e que “Todo tempo humano desde o nascimento é tempo de direitos à formação humana” (p.11, caderno 1- Proposta Pedagógica da Rede Municipal de Coronel Fabriciano Educação Infantil).. Assim, cabe à Escola estimular e legitimar novas práticas que possam garantir que as crianças sejam sujeitos centrais de sua história e da comunidade.

As transformações sociais constantes, intensas e desafiadoras, típicas de uma sociedade globalizada e informatizada, demandam uma educação de qualidade que exige cada vez mais da Escola e dos educadores. Por acreditar no homem e em sua capacidade inovadora e criativa é que, o corpo docente e administrativo da E.M. Paulo Freire caminha em busca de alternativas que possam propiciar o crescimento do aluno, no sentido de levá-lo a ajustar-se nesta nova e dinâmica sociedade, se posicionando como cidadão crítico, cooperativo, participativo e autônomo.

A Escola assume como missão a garantia da equidade de tratamento e de oportunidades, para formar o aluno com competências cognitivas, atitudinais, relacionais e comunicativas necessárias para que ele viva e atue plenamente em sociedade.

A perspectiva, é que a Escola promova em seu cotidiano as interações sociais, para que, educandos e educadores utilizem-se do diálogo, da cooperação, da troca de experiências e informações, do confronto, dos pontos de vistas divergentes. Esta interação resultará no alcance de um objetivo comum, pois, implicará na divisão de tarefas e responsabilidades. Neste sentido, Souza (2010) afirma que, “É justamente neste momento que a força do coletivo deve se mostrar, não como imposição, mas como elo catalisador, com vistas a orientar um

trabalho pedagógico consistente e orgânico ao Projeto Político Pedagógico da Escola.”



## **2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

Existem dois tipos básicos de estruturas organizacionais dentro da Escola: a administrativa e a pedagógica. A primeira assegura a gestão de recursos humanos, físicos e financeiros, além dos elementos materiais como, a manutenção do edifício Escolar, os equipamentos e materiais didáticos, o mobiliário, a distribuição das dependências Escolares, bem como a organização dos espaços livres, a limpeza e o saneamento básico (água, esgoto, lixo e energia elétrica). No caso das estruturas pedagógicas, são fundamentalmente as interações políticas, as questões referentes ao ensino e à aprendizagem e às questões referentes ao Currículo Escolar. Nas estruturas pedagógicas incluem-se todos os setores necessários ao desenvolvimento do trabalho pedagógico.

Sabendo que toda Escola necessita de uma estrutura de organização interna, que deve ser pautada no regimento Escolar e/ou na legislação do município, e que esta organização é necessária para o ordenamento e disposição das funções que asseguram o funcionamento de toda a Escola, a Escola Municipal Professor Paulo Freire apresenta o seu tipo de estrutura organizacional dentro das orientações repassadas pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Coronel Fabriciano- MG.

A Escola é composta por 44 funcionários, sendo 01 diretora, 02 coordenadoras (01 de Educação Infantil e 01 do Ensino Fundamental), 02 secretárias, 01 (ATE) Auxiliar Técnica de Educação, 25 professores, 07 (ASE) Auxiliares de Serviços da Educação, 04 monitores. Órgãos Colegiados: O Conselho Escolar e Conselho da Caixa Escolar (São compostos por representantes de todos os segmentos da comunidade Escolar).

### **2.1 Estrutura Organizacional Administrativa**

O quadro administrativo da Escola é composto pela diretora e pelas coordenadoras. Cabe à equipe gestora a função de garantir o cumprimento da carga horária de acordo com os quadros curriculares aprovados pela Secretaria

Municipal de Educação e Cultura e Cultura, carga horária esta composta de, no mínimo, 800 horas anuais, distribuída em 200 dias letivos, conforme determina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

É da competência da equipe gestora garantir o acesso do aluno e zelar pela sua permanência na Escola, pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente e pela qualidade do ensino; compete ainda acompanhar o processo de ensino aprendizagem dos alunos, a manutenção dos bens patrimoniais, do prédio e mobiliário. Deve também incentivar a participação efetiva dos vários segmentos da comunidade Escolar, pais, professores, alunos e demais funcionários na organização, na construção e na avaliação dos projetos pedagógicos, e bem assim, a administração dos recursos. Ainda, agendar reuniões do Conselho Escolar e dar suporte para a melhor utilização dos recursos enviados pelo FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. A prestação de contas, de qualquer verba que a Escola recebe é exposta em murais informativos e divulgada em reuniões pedagógicas, administrativas e do Conselho Escolar para que o processo de gestão financeira, assim como os demais, sejam claros e de fácil acesso.

## **2.2 Estrutura Organizacional Pedagógica**

A Estrutura Organizacional Pedagógica tem a função de atuar junto ao grupo de educadores, nos momentos de coordenação pedagógica, buscando a aprendizagem dos alunos, adotando medidas que elevem os níveis de desempenho dos educandos visando garantir o IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica da unidade Escolar para que seja igual ou superior a projeção do MEC.

Favorecer ações para que se garanta o cumprimento da filosofia da Escola e que, esteja sempre caminhando de acordo com as ações previstas no PPP da Instituição bem com das políticas educacionais da Secretaria Municipal de Educação e Cultura e Cultura (SMEC).

Conduzir e implementar inovações pedagógicas, disponibilizando e elaborando juntamente com os educadores, materiais didáticos alternativos que os auxiliem em suas ações pedagógicas, além de orientar e subsidiar na utilização dos jogos e materiais que já fazem parte do acervo. Promover o desenvolvimento da hora atividade de estudo que tem como objetivo complementar a formação continuada.

Nas coordenações as ações são planejadas para melhor aproveitar as habilidades dos alunos, de acordo com a necessidade/realidade da Escola, buscando despertar com isso, a motivação, a auto estima e uma maior participação da comunidade Escolar. O planejamento das ações realizadas e reuniões coletivas são preparadas e discutidas semanalmente. São também realizados estudos complementares aos cursos de formação continuada oferecidos pela SMEC, dando suporte na construção das tarefas solicitadas nos referidos cursos.

A gestão pedagógica e administrativa da Escola atuando na administração Escolar conta com a ajuda da comunidade Escolar e do Conselho Escolar, o que propicia a melhoria no processo ensino aprendizagem. As decisões, são conjuntas, seja na elaboração do PPP e/ou na aplicação de recursos enviados pelo FNDE para utilização com o PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola. Entretanto existe a necessidade de fortalecer cada vez mais a participação dos pais nos processos de tomada de decisão.

A organização dos educandos encontra-se da seguinte forma:

- Educação infantil: Maternal – crianças de 03 anos; 1º período – crianças de 04 anos e 2º período – crianças de 05 anos.
- Ensino Fundamental: Ciclo da Infância - 1º ano – crianças de 06 anos;
- EJA – Educação de Jovens e Adultos: jovens e adultos a partir de 15 anos em classe multisseriada do Ensino Fundamental, anos iniciais.
- Tempo Integral oferecido a 95 crianças do Ensino Fundamental.

A linha pedagógica, de acordo com as diretrizes da SMEC, caracteriza-se pela interação entre os membros da comunidade Escolar e pela construção do conhecimento e o respeito ao tempo de formação humana. Desta forma, os educadores desenvolverão sua prática valorizando a diversidade cultural e humana, buscando a interdisciplinaridade e a multidisciplinaridade. Com isso, acredita-se desenvolver as competências e habilidades necessárias, não somente nos estudantes, mas em toda a comunidade Escolar.

Neste sentido, o trabalho pedagógico transcorrerá abordando os temas transversais, os valores humanos e as várias formas de manifestação das inteligências humanas, em um clima propício à aprendizagem e desenvolvimento.

Nas coordenações pedagógicas gerais ou específicas há troca de experiências, planejamentos e avaliações das próprias práticas e de todos os fatores que possam influenciar no aprendizado. As capacitações necessárias são feitas nos momentos de estudos, nas dependências da Escola, ou através dos cursos oferecidos pela SMEC para as diversas áreas, objetivando proporcionar o aperfeiçoamento permanente e a abertura de novos caminhos.

Em sala de aula, os (as) professores (as) contando com o suporte da própria Escola e da SMEC de Coronel Fabriciano geram debates, promovem exposições, amostras, produção e reflexão sobre os saberes já adquiridos e os por adquirir, ou seja, o trabalho parte dos conhecimentos do estudante para que estes sirvam de base para os novos conhecimentos.

O ambiente Escolar é planejado e organizado para favorecer a aprendizagem. Os murais, tanto internos quanto externos, servem para propagar os eixos de discussão e expor as produções realizadas pelo (a) aluno (a).

A Escola dispõe de vários recursos didáticos essenciais ao processo de ensino e aprendizagem, a saber: 02 aparelhos de DVD's, 02 televisores, 02 caixas de som amplificadas, 10 microssistemas, 03 microfones, 04 impressoras, 06 computadores de uso administrativo e 20 do laboratório de informática; um acervo de

aproximadamente 950 títulos, 30 DVDS didáticos. Mas ainda necessita de ampliação dos espaços físicos para melhor organização das atividades Escolares e otimizar a utilização destes materiais.

É importante ressaltar que a equipe de professores da Escola tem uma relação muito boa com as coordenadoras e com a direção; há uma parceria e um respeito mútuo que torna a equipe bem entrosada. A participação em encontros coletivos é massiva e todos buscam alcançar o melhor desempenho em seu cotidiano para elevar a aprendizagem dos alunos. Há uma busca constante pela qualidade do ensino a ser oferecido pela Escola. A equipe gestora propicia aos diversos segmentos envolvidos com o processo educativo, momentos de diálogo, com espaços abertos à reflexão coletiva, fomentando uma gestão descentralizada e democrática.

### 3. CURRÍCULO

O currículo é a peça fundamental nas ações cotidianas Escolares para que se alcancem todos os objetivos propostos no PPP, segundo Vasconcellos (1995, p.143 apud ZIMMERMANN), ele ...

“é um instrumento teórico-metodológico que visa ajudar a enfrentar os desafios do cotidiano da Escola, só que de uma forma refletida, consciente, sistematizada, orgânica e, o que é essencial, participativa.” É uma metodologia de trabalho que possibilita re-significar a ação de todos os agentes da instituição (p.143).

O Currículo da Escola Municipal Professor Paulo Freire é desenvolvido atendendo a uma Base Nacional Comum e a uma parte diversificada. Pautamos nossa Estrutura Curricular em torno da Organização do Ensino Fundamental de 09 anos dentro de uma gestão democrática e participativa e nas orientações do Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC.

O desenvolvimento das capacidades/habilidades está em consonância com as diretrizes da SMEC (Secretaria Municipal de Educação e Cultura e Cultura) de Coronel Fabriciano. Define-se a partir daí a Proposta Curricular das diversas áreas do conhecimento buscando a integração/relação entre elas de forma interdisciplinar.

Na base comum, os componentes curriculares dos anos iniciais do Ensino Fundamental são Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Ciências, Educação Física, Ensino Religioso, Literatura, Artes e Informática.

Na parte diversificada, que busca atender as especificidades locais e regionais, será oferecida como língua estrangeira moderna e informática. Oferece também atividades complementares distribuídas de acordo com a matriz curricular e a realidade da Escola. Temas transversais são trabalhados, ao longo do ano letivo, de forma interdisciplinar e contextualizada, através de projetos, de modo a proporcionar a construção do saber aliado ao exercício da cidadania plena e a aquisição de conhecimentos e valores, numa perspectiva crítica consciente e responsável.

Trabalha-se sob a perspectiva da Pedagogia de Projetos, onde os temas são expostos de forma multidisciplinar, os rumos são determinados pelo coletivo, através de ampla discussão e se estabelece o processo avaliativo, ou seja, são avaliados os trabalhos realizados pelos alunos, pelo professor, o aprendizado significativo e os meios utilizados durante a execução.

O planejamento didático-pedagógico atende aos preceitos legais respeitando os direitos estabelecidos em Lei, onde é destinado aos educadores um terço da jornada de trabalho ao ato de planejar. Sendo que, deste tempo, duas horas são destinadas a estudos direcionados pelas coordenadoras e as outras quatro horas são destinadas ao planejamento das aulas e ao preparo e seleção de materiais didáticos utilizados nas aulas.

A Escola possui projetos e sequencias didáticas institucionais que são trabalhados ao longo do ano e abrem possibilidades aos professores para que eles desenvolvam ou criem outros projetos e/ou sequencias que julgarem necessários, que devem ser de forma interdisciplinar. Na conclusão realizam-se apresentações dos resultados de acordo com as datas e sob a forma decidida no coletivo. Este trabalho é desenvolvido com a finalidade de valorizar e melhorar as aulas, colocando o aluno em contato com a realidade buscando o senso crítico e estratégias que favoreçam a compreensão, facilitando e integrando o universo que os cerca.

É pautado na Proposta Pedagógica da Rede Municipal de Coronel Fabriciano, Garantindo o Direito da Nossa Infância à Educação, garantindo a formação plena como sujeitos humanos.

“O sistema Escolar tem sido uma das instituições privilegiadas para essa configuração. Os estudos mostram o corpo de saberes que vão se legitimando para garantir os processos mais eficazes para o trato educativo da infância. A pedagogia, seu pensar e fazer, suas didáticas, sua organização Escolar e curricular fazem parte desse corpo de saberes. Vimos como essas reconstruções históricas revelam a função pretendida do sistema Escolar e do pensamento pedagógico” (ARROYO, 2008, p. 130).

#### 4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

O calendário Escolar ordenará a distribuição dos dias de atividades previstos por lei. O ano letivo tem a duração de 200 dias letivos, com 800 (oitocentas) horas anuais. (**Ver Anexo II**). Considera-se como dia letivo aquele que envolve professores e alunos em atividades Escolares relacionadas com o processo ensino aprendizagem independente do local do local em que elas aconteçam.

A jornada de trabalho será de 04h e 15 minutos diários, incluindo recreio, qual seja, módulo aula do Ensino fundamental de 01 hora e recreio com duração de 15 minutos. Nas turmas do primeiro ano do ensino Fundamental, onde já foi implantada a Educação Integral em Tempo Integral a jornada é estendida por mais 04 horas diárias. No calendário deve conter: o início e o término do ano Escolar; o início e o término do ano letivo; os dias letivos; os dias destinados ao planejamento Escolar, capacitação dos professores, reuniões do conselho de classe, recuperação paralela, e eventos; os dias destinados às programações pedagógicas da Escola; os períodos de matrícula, férias dos professores e alunos, recessos; os dias destinados às programações cívicas e sociais, educacionais e culturais da Escola e do Município e os dias destinados para reuniões de pais.

O calendário Escolar tem por finalidade a previsão dos dias e períodos destinados à realização das atividades curriculares no estabelecimento, sendo elaborado pelos profissionais da Escola e encaminhado ao NOE (Núcleo de Organização Escolar) na Secretaria de Educação, antes do início do ano Escolar para aprovação e acompanhamento das atividades nele previstas.

As aulas previstas no calendário Escolar podem ser suspensas somente em decorrência de situações que justifiquem tal medida, ficando sujeitas à compensação do dia letivo e da carga horária correspondente, e comunicação imediata ao Órgão competente.



O planejamento da Escola levará em consideração as necessidades da clientela, da comunidade e as determinações legais. Os planejamentos serão elaborados pelo corpo docente, com orientação e acompanhamento do serviço pedagógico. São planejamentos semanais, realizados em grupos, de acordo com os grupos etários.

Os alunos são agrupados por faixa etária, sendo respeitada a legislação vigente para idade mínima em cada ano Escolar.

## **5. PROCESSO DE DECISÃO**

A gestão da unidade Escolar será exercida legalmente pelo diretor, sob a plena observância da legislação vigente, com a cooperação dos professores e do pedagogo/coordenador pedagógico em consonância com as deliberações do Conselho Escolar.

Na ausência ou impedimento do Diretor, responderá pela direção da Escola o pedagogo/coordenador pedagógico.

A Escola, no processo de gestão democrática possui, além do gestor a presença dos membros do Conselho Escolar e do Conselho da Caixa Escolar, como forma de decisão coletiva. Todas as decisões acontecem através das assembleias e são registradas em Ata, constando a convocação, os votos e as assinaturas dos membros.

A criação do Conselho Escolar é fundamental para organizar e sistematizar o trabalho educativo. O Conselho exerce um papel relevante na gestão Escolar contribuindo para a construção e implementação do Projeto Político Pedagógico ampliando a aprendizagem das crianças e auxiliando a Escola no cumprimento de sua função social.

O Conselho Escolar da E.M. Professor Paulo Freire atua desde 2008, ano de sua criação e privilegia a cooperação, a transparência, o diálogo e a interação em todos os aspectos pedagógicos, administrativos e financeiros da organização do trabalho Escolar.

A participação desse conselho se traduz em resultados concretos e, conseqüentemente, na coordenação geral das atividades educativas e a função do diretor como líder, é direcionada para a transformação da realidade vivida pela Escola. Conforme afirma Gadotti:

O Conselho de Escola, com a participação de pais, professores, alunos, membros da comunidade é o órgão mais importante de uma Escola autônoma. Ele deve deliberar sobre a organização do trabalho na Escola, sobre o funcionamento e, inclusive, sobre a escolha da direção. (GADOTTI, 1992, p. 49)

O Conselho Escolar da Escola é constituído por representantes de pais, professores, pedagogos, membros da comunidade Escolar e local e a diretora.

As contribuições político-pedagógicas resultam de ações do Conselho Escolar de como melhorar: o nível de leitura, as avaliações desenvolvidas pela Escola, a sua própria avaliação, as condições físicas, materiais pedagógicos, o trabalho docente e o desempenho dos alunos.

Muitas ações planejadas foram alcançadas, tais como: participação no processo da eleição para escolha do Diretor e acompanhamento na execução do calendário Escolar, no que se refere ao cumprimento do número de dias letivos e a carga horária prevista.

O grande desafio é garantir a participação efetiva de todos os envolvidos nas decisões mais importantes que acontecem na Escola.

A Escola tem procurado abrir espaço nas reuniões que acontecem todos os meses, para que os envolvidos tenham conhecimento de onde se originam os recursos, como podem ser aplicados e como estes poderão trazer benefícios para os envolvidos no processo de aprendizagem. Às vezes, alguns participantes só observam o resultado final e deixam de se envolver nas discussões que são fundamentais para melhorias, não só em relação à rede física, mas indicando alternativas que busquem garantir a efetivação do processo de ensino e aprendizagem.

As decisões são tomadas no coletivo, de forma democrática e participativa, através de reuniões pedagógicas, ou reuniões de conselho, onde o colegiado tem liberdade e autonomia para discutir e deliberar com soberania sobre as propostas, que serão acatadas pelo grupo, após chegadas a consenso.

As reuniões do Conselho Escolar são trimestrais, realizadas na própria Escola, os membros são convocados com 72 horas de antecedência pelo diretor presidente do Conselho, através de convocação por escrito. Os assuntos a serem discutidos são apresentados em pauta, discutidos e aprovados ou não, após o que são lavrados em ata, que é assinada pelos membros do Conselho ao final da reunião.

A escolha do diretor é feita através de processo eletivo com a participação da comunidade Escolar e representante de pais de alunos cadastrados para votar, seguindo a determinação das normas e orientação da (SMEC) Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

O processo coletivo de avaliação dos serviços Escolares é realizado nas reuniões pedagógicas, conselhos de classe, planejamento semanal e avaliações de desempenho dos servidores. Havendo necessidade de urgência é convocada uma reunião de emergência para a comissão avaliar.

Prevalecem atitudes descentralizadoras, com grande participação e envolvimento de toda equipe Escolar, atuando com foco nas relações humanas, para garantir boas condições e bom ambiente de trabalho.

O Diretor eleito pela Comunidade Escolar é nomeado pelo Prefeito Municipal, em conformidade com a Proposta Político-Pedagógica da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

## **6. RELAÇÕES DE TRABALHO**

As relações de trabalho na Escola para que se cumpram os objetivos propostos são pautadas na ética e no respeito às diferenças. Existem regras de convivência, construídas juntamente com os professores e demais funcionários no momento de elaboração do PPP. Entretanto, estas são revistas sempre que necessário, principalmente no início do ano quando são recebidas pessoas novas no grupo, quando é necessário esclarecer que não se admite discriminação ou usar de violência simbólica, bem como agredir física ou verbalmente qualquer membro da comunidade Escolar e que é inadmissível expor colega de trabalho em situação constrangedora.

A relação de trabalho é pautada nos princípios de solidariedade responsabilidade, postura ética, seguindo as normas internas do local de trabalho e a legislação vigente.

Cabe à Equipe Gestora dirigir a Escola pedagógica e administrativamente, cumprindo e fazendo cumprir as leis. Desta forma, o diretor deverá responder pelo cumprimento, no âmbito da Escola, das leis, regulamentos e determinações, bem como dos prazos para execução dos trabalhos estabelecidos pelas autoridades competentes. O diretor é o representante legal da Instituição junto aos Órgãos competentes e como gestor, prestará contas à Entidade Mantenedora de todas as ações desenvolvidas, competindo a ele: representar o Estabelecimento, responsabilizando-se por seu funcionamento, perante os órgãos e entidades de ensino do Poder Público. Nesse sentido concordamos com Lucchesi (1997, p. 233-4), ao afirmar que “o diretor é um importante profissional nesse contexto.

Para que as relações de trabalho sejam favoráveis, algumas normas de convivência foram acordadas: todos os membros da comunidade escolar devem ser pontuais e assíduos às atividades requeridas pela Escola, ao início e término de sua jornada de trabalho e às atividades promovidas, conservação e limpeza do prédio, dos móveis e utensílios, dos materiais e equipamentos da Instituição; colaborar na disciplina dos alunos nos corredores, recreio e na entrada e saída das aulas, comparecer às reuniões a que for convocado, trabalhar em comum

acordo com os demais funcionários e com a Equipe Gestora da Escola, contribuindo no desempenho das funções e objetivos do Estabelecimento; comunicar à Direção do Estabelecimento qualquer incidente ocorrido na Escola durante sua jornada de trabalho e zelar pela conservação do material sob sua guarda, pela boa ordem e higiene em seu local de trabalho.

A organização do trabalho pedagógico é composta por um técnico de nível superior e um coordenador pedagógico que deverão trabalhar de forma integrada promovendo a articulação entre os demais serviços em busca da qualidade do ensino-aprendizagem, com observância dos dispositivos constitucionais, LDBEN nº 9394/96 e da legislação do Sistema Municipal de Ensino de Coronel Fabriciano. O serviço de coordenação pedagógica tem por objetivo orientar, acompanhar e avaliar o trabalho dos professores e o desempenho dos alunos nos planos afetivo, psicológico, social e intelectual.

O serviço pedagógico é desenvolvido de acordo com a legislação vigente, por profissional legalmente habilitado. A coordenação pedagógica é um processo dinamizador do crescimento pessoal do educando e coordenador das atividades docentes, cujas funções são de assessorar, coordenar, acompanhar e avaliar as atividades de caráter técnico-pedagógico do processo ensino-aprendizagem.

O exercício de opinar, argumentar e ouvir são práticas permanentes na Escola Municipal Paulo Freire. Nas situações de conflito são utilizadas a discussão e a reflexão sobre a prática pedagógica. Nestas situações são utilizados canais dinâmicos de comunicação com as famílias por bilhetes, telefones, visitas, acompanhamento de problemas familiares, saúde física e emocional de nossos alunos.

As relações de conflitos entre as crianças são resolvidas através do diálogo entre os envolvidos, levando-as, através da discussão, a perceberem que o conflito será resolvido entre elas, através de um pedido de desculpas; conforme a gravidade do caso, os responsáveis são chamados para ficarem cientes da situação e o fato será registrado em ata e relatório e arquivado na pasta do aluno.

Quando o conflito acontece entre crianças e adultos ou entre adultos e adultos, o procedimento é o mesmo: há conversas individuais com os envolvidos, registro em ata do fato ocorrido e conforme o caso será feito um encaminhamento para a Secretaria Municipal de Educação e Cultura e Cultura, para que sejam tomadas as devidas providências.

## 7. AVALIAÇÃO

Acredita-se que a Avaliação é um dos instrumentos fundamentais da prática pedagógica no processo de ensino e aprendizagem tanto para o aluno quanto para os educadores. Destaca-se para o aluno na sua vida e no seu processo de Escolarização, pois define a permanência e a continuidade de seu desenvolvimento na Escola. Através da avaliação o aluno terá possibilidade de compreender seu processo de aprendizagem e consciência de seu desenvolvimento, tanto intelectual como social, afetivo, político e moral.

A avaliação nos possibilita a análise reflexiva dos avanços e dificuldades dos educandos. Através deste instrumento, a equipe da Escola poderá rever, intervir e redefinir sua prática pedagógica. A avaliação assumirá um caráter inclusivo, trazendo ao aluno a confiança em si e o estimulará a avançar sempre, com gosto e prazer pelos estudos.

O processo de aprendizagem deve estar enquadrado numa nova concepção e deve considerar a descrição dos avanços e dificuldades do educando nos seguintes processos: observação, avaliações, debates, autoavaliação e trabalhos em grupo. A avaliação será processual e contínua, buscando auxiliar a implementação do projeto pedagógico no seu dia-a-dia e ao longo do ano, estimulando a sua execução por meio de ações práticas e possibilitando a tomada de decisões.

Os educadores desta Instituição de ensino acreditam que não existem instrumentos específicos de avaliação capazes de avaliar a totalidade do desenvolvimento de aprendizagem do aluno, mediante as limitações que cada instrumento avaliativo apresenta, fazendo-se necessário adotar instrumentos diversos e alternativos para que a avaliação seja verdadeira e legítima. Concordamos com Luckesi (1999, p.43) quando ele afirma que “para não ser autoritária e conservadora, a avaliação tem a tarefa de ser diagnóstica, ou seja, deverá ser o instrumento dialético do avanço, terá de ser o instrumento da identificação de novos rumos”.



A avaliação deve ser elaborada em forma de síntese sobre os avanços e as dificuldades do aluno, baseando-se em sua participação em sala de aula. “O valor da avaliação encontra-se no fato do aluno poder tomar conhecimento de seus avanços e dificuldades”. Cabe ao professor desafiá-lo a superar as dificuldades e continuar progredindo na construção dos conhecimentos. (Luckesi, 1999).

É responsabilidade do professor informar constantemente à equipe gestora e pedagógica sobre os avanços e dificuldades do aluno em todas as etapas do período letivo sem esperar pelas datas definidas em calendário pela equipe gestora para o fechamento das etapas.

Todas as práticas pedagógicas da Escola são baseadas nos Parâmetros Curriculares. Os instrumentos de avaliação tem sido essenciais como ponto de partida dos educadores para que as dimensões ou eixos do conhecimento sejam alcançados com exatidão. Tendo em vista tal amplitude, os critérios de avaliação são utilizados a serviço da aprendizagem dos alunos.

A Escola também deverá ser avaliada, enquanto instituição, por todos os membros da comunidade escolar, inclusive pelos pais e pelos próprios alunos, através de um instrumental apropriado a cada segmento.

Em síntese, como afirma Perrenoud (1999 p. 165,) “O importante não ‘é fazer como se’ cada um houvesse aprendido, mas permitir a cada um aprender”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para acontecer de fato, a educação real e de qualidade, aquela que alcança o ser humano em sua plenitude, necessário se faz, que sejam implementadas condições, sejam elas físicas, administrativas e pedagógicas. No interior do estabelecimento de ensino, convivem e interagem seres humanos, que vivem tempos de vida diversos, tem interesses diferentes e uma história personalíssima.

Neste meio, de características tão heterogêneas, é tarefa árdua de administrar e arregimentar todo este corpo, em torno de um objetivo comum. Entra aí, o grande desafio do gestor, porque a gestão não se faz e não se estabelece isoladamente; ela caminha passo a passo, fortalecendo-se com participação de todos os envolvidos na enorme tarefa que é a formação do indivíduo, capaz de interagir no seu meio e bem assim ter ciência e poder sobre seus atos e direitos.

O Projeto Político Pedagógico da Escola inclui todas as práticas e processos referentes à clientela a qual ela atende. O gestor da Escola, juntamente com a comunidade Escolar, deverá abrir espaços de reflexão contínuos sobre a prática pedagógica e acompanhar o desenvolvimento das ações e metas estabelecidas para o alcance dos objetivos nele propostos.

O que se espera da Comunidade Escolar é que ela atue junto ao gestor, avaliando de maneira geral os trabalhos desenvolvidos pela instituição e apoiando as tomadas de decisão colocadas em prática, com atuação coerente, autônoma e participativa, após a discussão, reflexão e tomada de decisão. Para que esse processo se realize de forma satisfatória é importante que o gestor seja comprometido com a democracia dentro e fora da Escola.

Sendo o PPP um instrumento que apresenta as necessidades e revela a postura dos profissionais da Instituição como um todo, deve-se exigir desses profissionais uma constante reavaliação, diante do cotidiano que a Escola enfrenta diariamente, a fim de verificar até que ponto o documento está sendo coerente com a realidade. O PPP deve possuir a característica do dinamismo, da

flexibilidade. É ele que de adaptar-se, sempre que necessário, diante do surgimento de novas situações, novo contexto, novas demandas. O proposto só se efetivará, se houver por parte da gestão democrática, um gestor que coordene a efetiva integração da comunidade escolar, na perspectiva de estabelecer uma prática de reflexão permanente da realidade da Escola.

A tarefa não é fácil. Entretanto é preciso que todos que fazem parte da comunidade Escolar participem junto ao gestor, fortalecendo-o para que tenha condições de propor e executar melhorias de uma forma geral dentro da Escola. Buscar a construção de uma Escola autônoma e democrática é tarefa de todos os envolvidos com a educação. É necessário abrir espaço para o diálogo, para a participação e valorização dos profissionais através da competência, da vontade de realizar uma educação de qualidade em todos os sentidos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, Miguel G. **Imagens quebradas trajetórias e tempos de aluno e mestres**. Petrópolis: Vozes 2004 (4ª edição).

ARROYO, Miguel G. **A infância interroga a pedagogia**. In: SARMENTO, Manuel. 2008, p.130.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Legislação Educacional Brasileira**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

GADOTTI, M. 1992. **Escola Cidadã: uma aula sobre a autonomia da Escola**. São Paulo, Cortez, 140 p.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei 9394/96, Brasil, 1996.

LIBÂNEO, J.C. **Didática**. 15. Ed. São Paulo: Cortez, 1999.

LUCKESI. C.C. **Avaliação da aprendizagem Escolar**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

OLIVEIRA, João Ferreira de. **A construção coletiva do projeto político-pedagógico (PPP) da Escola, 2010**. Disponível em [moodle3.mec.gov.br/UFMG](http://moodle3.mec.gov.br/UFMG). Acesso em 14 de março de 2013.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais.

CORONEL FABRICIANO, MG. **Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Professor Paulo Freire 2013**.

CORONEL FABRICIANO, MG. Secretaria Municipal de Educação e Cultura e cultura. **Coletânea de Leis 2006 – 2011**.

PERRENOUD, P. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO: **Caminho para uma Escola Cidadã mais bela, prazerosa e aprendente** Paulo Roberto Padilha  
<http://www.moodle.ufba.br/mod/book/view.php?id=14365&chapterid=11171>

SOUZA, Ângelo Ricardo (et al.) **Níveis de planejamento educacional**. 2010. Disponível em: [moodle3.mec.gov/UFMG](http://moodle3.mec.gov/UFMG). Acesso em 03 de março de 2013.

VASCONCELLOS, C.S. **Planejamento: plano de ensino-aprendizagem e projeto educativo**. São Paulo: Libertat, 1995 em <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/fundam02.htm> acesso em 21 de agosto de 2014.



DL: 00      JANEIRO      DE: 00							DL: 19      FEVEREIRO      DE: 03							DL: 18      MARÇO      DE: 01						
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S
			01♣	02¶	03¶	04¶							01							01
05¶	06¶	07¶	08¶	09¶	10¶	11¶	02	03▲{	04 O•	05	06	07	08	02	03¶	04♣	05¶	06	07	08
12¶	13¶	14¶	15¶	16¶	17¶	18¶	09	10♫	11	12	13	14	15	09	10	11	12	13	14	15
19¶	20¶	21¶	22¶	23¶	24¶	25¶	16	17	18	19	20£	21	22	16	17	18	19	20	21	22
26¶	27¶	28¶	29¶	30¶	31¶		23	24	25	26€	27	28		23	24	25	26€	27	28	29
														30	31					

01 – Confraternização Universal

04 – Carnaval

DL: 19      ABRIL      DE: 01						
D	S	T	Q	Q	S	S
		01	02	03	04	05
06	07	08	09	10	11	12
13	14	15	16	17¶	18♣	19
20	21♣	22	23€	24♥	25♥	26
27	28♥	29♥	30♥			

DL: 21      MAIO      DE: 01						
D	S	T	Q	Q	S	S
				01♣	02¶	03
04	05	06	07	08	09	10 L
11	12♦	13♦	14♦	15•	16	17
18	19	20	21€	22£	23	24
25	26	27	28	29	30	31

DL: 11      JUNHO      DE: 00						
D	S	T	Q	Q	S	S
01	02	03	04	05	06	07 L
08	09	10	11	12	13 O	14
15	16¶	17¶	18¶	19¶	20¶	21
22	23¶	24¶	25¶	26¶	27¶	28
29	30¶					

18 – Paixão de Cristo

01 – Dia do Trabalho

19 – Corpus Christi

21 – Tiradentes

DL: 19      JULHO      DE: 01						
D	S	T	Q	Q	S	S
		01¶	02¶	03¶	04¶	05
06	07 O	08	09	10	11	12
13	14	15	16€	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30	31		

DL: 21      AGOSTO      DE: 01						
D	S	T	Q	Q	S	S
					01	02
03	04	05	06	07	08	09
10	11	12	13€	14	15♣	16
17	18	19	20	21	22	23 L
24	25♥	26♥	27♥	28♥	29♥	30
31						

DL: 22      SETEMBRO      DE: 01						
D	S	T	Q	Q	S	S
	01	02	03	04	05€	06
07 F	08¶	09♦	10♦	11♦	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30				

07 – Independência do Brasil

DL: 19      OUTUBRO      DE: 01						
D	S	T	Q	Q	S	S
			01€	02	03£	04
05	06	07	08	09	10	11 L
12♣	13¶	14¶	15¶	16¶	17¶	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	

DL: 20      NOVEMBRO      DE: 01						
D	S	T	Q	Q	S	S
					01	02
03	04	05	06	07	08	09
10	11	12€	13	14	15♣	16
17	18	19	20☀	21	22	23
24	25§♥	26§♥	27§♥	28§♥	29	30
31						

DL: 11      DEZEMBRO      DE: 01						
D	S	T	Q	Q	S	S
	01	02	03	04	05	06
07	08♦	09♦	10€♦	11	12	13
14	15 O•£	16 R	17 R	18 R	19 R{	20
21	22¶	23¶	24¶	25♣	26¶	27¶
28¶	29¶	30¶	31¶			

12 – Nossa Senhora Aparecida

02 – Finados

15 – Proclamação da República

25 – Natal

**LEGENDA**

{ Início e término do Ano Escolar	• Início de Etapa	F Feriado Letivo	♫ Aula Inaugural	§ Renovação de Matrícula
O Início e término do Semestre Letivo	£ Reunião de Pais	Ř Estudos de Recuperação Final	L Sábado Letivo	€ Encontro Coletivo / Conselho de classe (Extra – turno)
▶ ☀ Consciência Negra	♦ Recuperação da Etapa	♥ Avaliações globalizantes	¶ Férias/Recesso	
♣ Feriado			▲ Reunião Administrativa	

MÊS	2ª FEIRA	3ª FEIRA	4ª FEIRA	5ª FEIRA	6ª FEIRA	Sábados Letivos	Dias Escolares	TOTAL
JANEIRO	00	00	00	00	00	00	00	00
FEVEREIRO	03	04	04	04	04	00	03	19
MARÇO	04	03	03	04	04	00	01	18
ABRIL	03	05	05	03	03	00	01	19
MAIO	04	04	04	04	04	01	01	21
JUNHO	02	02	02	02	02	01	00	11
JULHO	04	04	04	04	03	00	01	19
AGOSTO	04	04	04	04	04	01	01	21
SETEMBRO	04	05	04	04	04	01	01	22
OUTUBRO	03	03	04	04	04	01	01	19
NOVEMBRO	04	04	04	04	04	00	01	20
DEZEMBRO	03	02	02	02	02	00	01	11
TOTAL	38	40	40	39	38	05	12	200

**QUADRO DEMONSTRATIVO DE SEMANAS 2014**

**MODALIDADE: ENSINO FUNDAMENTAL ANOS**

**INICIAIS**

**Observações:** Dia: 10/05 – Sábado Letivo, funcionará com horário de 2ª feira

Dia: 07/06 – Sábado Letivo, funcionará com horário de 2ª feira.

Dia: 23/08 – Sábado Letivo, funcionará com horário de 5ª feira

Dia: 07/09 – Feriado Letivo, funcionará com horário de 6ª feira.

Dia: 25/10 – Sábado Letivo, funcionará com horário de 6ª feira

**QUADRO DEMONSTRATIVO**

Semestre	Dias Letivos	Dias Escolares
1º Semestre	88	06
2º Semestre	112	06
Total	200	12

\_\_\_\_\_  
Carimbo e assinatura do (a) diretor (a)

CALENDÁRIO ESCOLAR – 2014

**ETAPAS**

- 1ª ► 04/02 a 14/05 = 67 dias
- 2ª ► 15/05 a 05/09 = 67 dias
- 3ª ► 07/09 a 15/12 = 66 dias

**TOTAL: 200 DIAS**

**ATENÇÃO!**

1 – Os dias destinados a Recuperação final serão para os alunos com aproveitamento insuficiente com a obrigatoriedade da frequência de todos os servidores da Escola.

2 – Poderão ser moveis a critério da Escola, os sábados letivos:

**10/05 – Festa da Família**

**07/06 – Festa Junina**

**23/08 – Dia do Folclore**

**25/10 – Mostra da Educação Integral**



<p><b><u>Janeiro</u> - Letivos: 00 dias    Escolares: 00</b></p> <p>01 – Feriado 02 a 31 - Férias</p> <p><b><u>Fevereiro</u> – Letivos: 19 dias    Escolares: 02</b></p> <p>03 – Início do Ano Escolar/Reunião Administrativa. 04 – Início do Semestre Letivo e Início de Etapa. 10 – Aula Inaugural – (extra turno) móvel 26 – Encontro Coletivo – (extra – turno). 20 – Reunião de Pais.</p> <p><b><u>Março</u> – Letivos: 18 dias    Escolar: 01</b></p> <p>03 e 05 – Recesso 04 – Feriado / Carnaval 26 – Encontro Coletivo – (extra turno)</p> <p><b><u>Abril</u> – Letivos: 19 dias    Escolar: 01</b></p> <p>17 – Recesso 18 – Feriado – Paixão de Cristo 21 – Feriado - Tiradentes 23 – Encontro Coletivo – (extra turno) 24 a 30 – Avaliações Globalizantes</p> <p><b><u>Maiο</u> – Letivos: 20 dias    Escolar: 01</b></p> <p>01 – Feriado 02 – Recesso</p> <p>10 – Sábado Letivo (Festa da Família) 12 a 14 – Recuperação de Etapa 15 – Início da 2ª Etapa 21 – Encontro Coletivo – (extra turno) 22 – Reunião de Pais</p> <p><b><u>Junho</u> – Letivos: 11 dias    Escolar: 0</b></p> <p>07 – Sábado Letivo (Festa Junina) 13 – Término do Semestre letivo 16 a 30 – Recesso</p>	<p><b><u>Julho</u> – Letivos: 19 dias Escolares: 01</b></p> <p>01 a 04 – Recesso 07 – Início do 2º Semestre Letivo 15 – Encontro Coletivo – (extra turno)</p> <p><b><u>Agosto</u> – Letivos: 21 dias Escolar: 01</b></p> <p>13 – Encontro Coletivo – (Extra-turno) 15 – Feriado 23 – Sábado Letivo (Festival de Folclore) 25 a 29 – Avaliações Globalizantes</p> <p><b><u>Setembro</u> – Letivos: 22 dias    Escolar: 01</b></p> <p>05 – Encontro Coletivo – (extra turno) 07 – Feriado letivo 08 – Recesso 09 a 11 – Recuperação de Etapa 07 – Início da 3ª etapa</p> <p><b><u>Outubro</u> – Letivos: 19 dias Escolar: 01</b></p> <p>01 – Encontro Coletivo – (extra turno) 03 – Reunião de Pais 12 – Feriado 13 a 17 – Recesso 11 – Sábado Letivo (Mostra da Educação Integral)</p> <p><b><u>Novembro</u> – Letivos: 20 dias Escolar: 01</b></p> <p>02 e 15 – Feriado. 12 – Encontro Coletivo – (extra turno) 20 – Consciência Negra. 24 a 28 – Renovação de matrícula</p> <p><b><u>Dezembro</u> – Letivos: 11 dias Escolares: 01</b></p> <p>08 a 10 – Recuperação de Etapa 10 – Encontro Coletivo – (extra turno) 12 – Reunião de Pais 15 – Encerramento da 3ª etapa e do Ano</p>
--	--

	<p>Letivo.</p> <p>16 a 19 – Estudos de Recuperação Final</p> <p>19 – Encerramento do Ano Escolar</p> <p>22 a 31 – Recesso</p>
--	---

---

Carimbo e assinatura do (a) diretor (a)